

O ensino da Filosofia: revisando a história e as práticas curriculares

MARISA C. VORRABER COSTA

1. Breve retrospectiva histórica sobre o ensino da Filosofia no Brasil¹

O ensino da Filosofia iniciou no Brasil com o surgimento do primeiro colégio secundário, o Colégio de Jesus, em Salvador, fundado pelos jesuítas em 1553 (Maciel, 1959). Durante o período colonial fez-se sentir acentuadamente a influência da escolástica aristotélica-tomista, pela ação dos padres da Companhia de Jesus que tiveram por longo tempo o monopólio da educação na colônia. A Filosofia era parte integrante da formação dada aos colonos brancos que chegavam ao Brasil e aqui integravam a classe dominante com poderio político e econômico e acesso aos bens culturais distribuídos pela educação jesuítica. Era uma educação livresca e retórica, expressão do falso humanismo imposto a Portugal, numa época em que a Europa era, por um lado, revolucionária e teórica e, por outro, marcada pelo pragmatismo dos descobrimentos.

Em meados do século XVIII, com a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e da colônia, novas idéias políticas e filosóficas, de liberdade, igualdade e independência começam a influenciar a Universidade de Coimbra e, desta forma, também os intelectuais brasileiros. Sob a influência do Iluminismo francês, florescente nesta época, a Filosofia supera o escolasticismo. A ENCICLOPÉDIA, editada por Diderot e D'Alembert, foi decisiva na propagação das idéias iluministas que revolucionaram o pensamento da época. Não aceitando a revelação como fonte de verdade, os enciclopedistas passam a colocar a razão como fonte de todo o conhecimento. A penetração destas idéias no Brasil foi muito forte, gerando vários movimentos políticos de reação ao domínio do colonizador.

Em relação ao ensino da Filosofia, foi na época colonial que a sua presença foi mais valorizada na formação dos brasileiros das classes mais abastadas, em decorrência do cunho altamente espiritual e abstrato que carac-

terizava a educação dominada pelo clero, visando apenas a formar letrados eruditos. Segundo Romanelli, o que caracterizava a educação na colônia era "o apego ao dogma e à autoridade, a tradição escolástica e literária, o desinteresse quase total pela ciência e a repugnância pelas atividades técnicas e artísticas" (1982, p. 34). Estudos filosóficos perpassavam toda a formação que era oferecida aos cidadãos da elite, com diferentes ênfases em vários momentos do seu desenvolvimento, passando por teologia, metafísica, lógica, moral, etc., reproduzindo a tendência europeia da época, de considerar a Filosofia "coisa de gente fina".

Porém, neste período, o curso de Filosofia apenas fazia parte da formação destinada aos cidadãos da classe social dominante, que era a dos colonos e seus filhos. Segundo Ribeiro (1984), no Ratio Studiorum que era o plano de estudos da Companhia de Jesus, publicada em 1559, a programação estava concentrada em elementos da cultura europeia. Previa-se um curso de Humanidades, depois um Curso de Filosofia, após, de Teologia e, então, complementação com viagem à Europa. Para os índios, negros e mestiços que formavam a maioria da população colonial, previa-se, no plano legal, instrução e catequese, que interessava tanto à igreja, para conquistar novos adeptos do catolicismo, um tanto desgastado com a Reforma, quanto ao colonizador, porque ambas tornavam o índio mais dócil e mais facilmente explorável.

Quando ocorreu a ruptura parcial com a tradição escolástica aristotélica devido à penetração das idéias iluministas, o campo da Filosofia passou a ser visto com muito receio e incerteza e protelou-se o estabelecimento de diretrizes para suas aulas (Ribeiro, 1984). É que, até então, as idéias filosóficas articulavam-se facilmente a serviço da manutenção do status quo, não significando nenhum risco à hegemonia do colonizador. O iluminismo, por sua vez, trazia um forte componente emancipador, que, certamen-

te, não se coadunava com os interesses políticos do governo da colônia.

Com o início da época imperial, no século XIX (chegada da família imperial e Abertura dos Portos em 1808), o Brasil passou a comunicar-se mais intensa e livremente com o pensamento filosófico europeu. Isto possibilitou maior infiltração das idéias iluministas que agora já penetravam na Universidade de Coimbra reformada pelo Marquês do Pombal, as quais, aqui, contribuíram para a superação do tomismo. O ensino da Filosofia passou a ser, então, influenciado por idéias florescentes em vários países da Europa e não apenas em Portugal, e o conteúdo tratado era revelador "desse espírito humanístico e universalista" (Cartolano, 1985, p. 28). As faculdades de Direito criadas desde 1827 incluíram o estudo da Filosofia dentro desse novo espírito e nos cursos secundários, preparatórios ao ingresso na Universidade, ele também passou a ser desenvolvido com caráter propedêutico.

Em relação ao ecletismo filosófico presente na educação brasileira, esboçou-se ainda uma tentativa de renovação escolástica como um esforço para dissipar a desmoralização do clero. No entanto, em 1870, começam a insinuar-se as idéias positivistas vindas da Europa e uma nova forma de pensamento, mais crítica e científica, passa a tomar conta dos meios intelectuais brasileiros.

Com a ascensão da burguesia emergente, composta de comerciantes, burocratas, militares, médicos e engenheiros com profissões mais afins com as ciências positivas, delinea-se um novo sentimento democrático e esta classe revolta-se contra a tendência espiritualista e a hipocrisia que esta representava em relação à causa da escravidão.

Foi a crescente influência do positivismo que contribuiu para a elucidação das posições contraditórias da igreja face a alguns problemas político-sociais, como a escravidão e a monarquia, e se tornou decisiva na libertação da educação nacional da tutela da igreja.

Em 1891, após a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, Benjamim Constant assumiu o recém criado Ministério da Instrução Pública e realizou uma reforma no ensino. Introduziram-se, então, no secundário as disciplinas segundo a classificação de Comte, desaparecendo a Filosofia.

Foi a partir da República que a Filosofia entrou em crise no Brasil. Até 1914, foi dominada por algumas correntes de idéias como o positivismo, o evolucionismo darwinista de

orientação científicista, o ecletismo e as idéias católicas. A Constituição de 1891 expressa isto.

No que diz respeito à presença da Filosofia nos currículos escolares, sucedem-se várias situações. Em 1901 (Reforma Epitácio Pessoa, dec. 3890 de 1.1.1901 e dec. 3914 de 21.1.1901), é introduzida a Lógica no 6º ano secundário, mas a mesma não é exigida nos exames parcelados que dão acesso ao ensino superior (Maciel, 1959).

Em 1911 (Dec. 8659), com a Reforma Rivadávia, que dava orientação mais prática aos currículos para que eles não fossem voltados apenas à preparação para o ensino superior, novamente a Filosofia fica fora do currículo. Segundo Farias Brito, a extinção da Filosofia era prova de que o positivismo ainda era forte nas esferas governamentais brasileiras (apud Maciel, 1959).

Em 1915, na Reforma Maximiliano (Dec. 11530, de 18.3.1915), a Filosofia não aparece entre as matérias exigidas para o vestibular, havendo menção a um curso facultativo de Psicologia, Lógica e História da Filosofia, que nunca ocorreu na prática. Na verdade, a Filosofia só era exigida para aqueles que faziam a prova oral do vestibular à Faculdade de Direito, em cujo 1º ano a Filosofia era obrigatória.

A partir de 1914, com o crescente interesse pelos problemas sociológicos, renasce o interesse também pelos assuntos filosóficos. O pragmatismo de William James e de Dewey, o intuicionismo bergsoniano e o neo-tomismo aparecem no nosso meio.

Com a 1ª Guerra, revela-se a inferioridade das nações dependentes e surge o movimento modernista de 1922, numa tentativa de reação à estagnação cultural que dominava o país. O movimento modernista de 22 não foi o responsável pelas mudanças sociais e políticas, mas, sim, "expressão da desagregação de um estado de espírito, de uma situação" (Cartolano, 1985, p. 44). Expressava a defesa da cultura nacional. No período de pós-guerra, até 1930, houve uma fase profícua de valorização nacional, de crítica, de pesquisa e de trabalho, com um caráter revolucionário e libertário. No entanto, estava presente ainda a cultura do exterior, agora já transformada em um verdadeiro amálgama em contato com o meio, com os costumes da terra e com a própria selvageria inicial.

Nesse período surgiu o movimento de renovação católica como um alerta contra as idéias socialistas que apareceram após a 1ª Guerra Mundial.

Em 1925, com a Reforma Rocha Vaz (Dec. 16782A de 13.1.1925), o curso secundário de

seis anos passa a ter o objetivo de preparo fundamental e geral para a vida, fornecendo a "cultura média geral do país". A Filosofia reaparece com obrigatoriedade no 5º e 6º anos. Consta no decreto a recomendação: "o ensino da Filosofia será geral, embora sumário". Importantes mudanças políticas, econômicas e sociais ocorriam à época dessa reforma, influenciadas pelo ideário liberal que, ainda com pouca repercussão, não conseguira, em mais de uma tentativa, transformar a educação seletiva e preparatória em uma educação mais voltada para a vida.

A mudança do modelo econômico provocada pela revolução de 30, que abriu caminho para a implantação do capitalismo industrial no Brasil, gerou, também, novas aspirações culturais na população brasileira, que passou a exigir a ampliação das oportunidades educacionais. As camadas sociais mais baixas forçaram o acesso à escolarização de caráter acadêmico, vista como única oportunidade de ascensão e aquisição de status na sociedade.

A Reforma de Francisco Campos em 1932 (Dec. 21241) introduziu o regime seriado de estudos, a frequência obrigatória e dividiu o curso secundário em dois ciclos: um fundamental, de cinco anos, e outro, complementar, de dois. O ciclo fundamental oferecia uma formação básica geral e era obrigatório para o ingresso nas escolas superiores. O ciclo complementar preparava para o ingresso nas escolas de

direito, medicina e engenharia. As lutas ideológicas entre católicos e liberais, nesta época, foram incorporadas, em alguns aspectos, por esta reforma e passaram a fazer parte do currículo do ciclo complementar a Psicologia, a Lógica, a Sociologia e a História da Filosofia. A disciplina de Lógica era valorizada porque era fundamental na valorização do novo espírito científico que emergia com os pioneiros liberais. Na formação do homem habilitado a viver por si e a tomar decisões - objetivos dessa reforma - o aprendizado da Lógica era fundamental para habilitar ao uso da razão².

Em 1942, durante o Estado Novo, foi lançada a Reforma Capanema (Dec. 4244 de 9.4.42). O ensino secundário continuou a ser enciclopédico e elitista, mas algumas alterações foram introduzidas na sua forma de organização. Os dois ciclos do secundário passaram a denominar-se ginásio (4 anos) e colégio (3 anos), sendo que este era subdividido em dois cursos de orientações distintas: o clássico, voltado para a formação intelectual de caráter humanístico, com ênfase no estudo das Letras e da Filosofia, e o científico caracterizado por maior preocupação com o estudo das ciências.

Durante o período compreendido entre 1942 e 1954, várias alterações foram introduzidas na carga horária da Filosofia nos cursos clássico e científico, agora novamente disciplina obrigatória no secundário, embora exigida apenas no vestibular ao curso de Filosofia.

	CLÁSSICO			CIENTÍFICO			
	1ª série	2ª série	3ª série	1ª série	2ª série	3ª série	
1942		4	2			4	Dec. Lei nº 4244 de 9/4/42
1945		3	3			4	Portaria de 10/12/45
1951		3	3		3	3	Portaria 966 de 2/10/51
1952		3	3	é omissa			Portaria 501 de 1952
1954	2	2	2	1	1	1	Portaria 54 de 1954

QUADRO 1 - Alterações na carga horária de Filosofia nos cursos clássico e científico no período de 1942-1954.

Como se pode observar, o quadro acima representa a tendência à supressão da Filosofia como disciplina obrigatória no curso científico, o

que virá a se concretizar legalmente com a lei 4024 em 1961, LDB.

Em relação ao período de vigência da Reforma Capanema em que a Filosofia teve uma presença acentuada no currículo do curso secundário de orientação clássica, cabe uma menção aos programas. De 1942 a 1946, não houve programa oficial. Em 1946, os programas passaram a ser elaborados por comissões designadas pelo Ministério da Educação e eram de respeitável extensão, coerentes com o caráter enciclopedista do ensino. Os programas de 1951, elaborados pela Congregação do Colégio D. Pedro II, eram menos extensos e mais claros e flexíveis. Segundo Cartolano (1985), que examina brevemente os programas, estes mencionam que o ensino da Filosofia tinha por finalidade "coroar a formação cultural e moral" dos alunos, expondo-lhes de modo "unificado e harmonioso" o conteúdo do saber humano (p. 59). O programa dividia-se em capítulos como: Introdução, Objeto e importância da Filosofia; Divisão da Filosofia; Lógica, Estética, Psicologia, Moral e Sociologia, Cosmologia (p. 60).

O estudo-pesquisa de Maciel (1959) relata algumas opiniões de professores sobre os mencionados programas, sendo os mesmos taxados de "absurdos", "reveladores de total ignorância da natureza da Filosofia", "dogmáticos", "irracionais", "vastos demais" e assim por diante. Além disso, Maciel (1959) constatou que os programas não eram cumpridos e nem sequer conhecidos por grande número de professores. As partes do programa em que os professores mais se detinham eram a Introdução Geral, a Lógica e a Psicologia, e as mais desconsideradas eram a Metafísica, a cosmologia e a Estética. Um fato importante revelado pela pesquisa é que, apesar do programa oficial ter suprimido a parte histórica, muitos professores continuavam a incluir a História da Filosofia por considerá-la indispensável.

A lei seguinte, que novamente alterou os rumos da educação brasileira, foi denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tendo sido elaborada e discutida ao longo de treze anos, de 1948 a 1961.

Seu processo de gestação foi tão longo que, ao entrar em vigor, muitas das suas propostas já eram anacrônicas, destacando-se, apenas, como inovação, uma maior abertura em direção à descentralização do ensino, delegando às escolas a possibilidade de optarem entre vários currículos. O ensino secundário manteve sua estrutura anterior. Com esta lei, novamente a Filosofia perde seu caráter de obrigatoriedade e passa a fazer parte das disciplinas complementares. Com a descentralização e a criação do Conselho Federal de Educação e dos Conse-

hos Estaduais, o governo federal só indica as disciplinas obrigatórias e os Conselhos Estaduais indicam as complementares e as optativas.

O Conselho Estadual de Educação de São Paulo, ao indicar a Filosofia para os currículos das 1ª e 2ª séries do clássico e 2ª série do científico, justificou tal medida, aludindo à "arte do raciocínio", "desenvolvimento do espírito crítico", "capacidade de reflexão pessoal", "senso de liberdade intelectual"³. Menciona também a tarefa de descobrir acima dos "problemas imediatos" que as ciências podem resolver, os "problemas decisivos", que surgem no plano das indagações metafísicas. Ao colocar, assim, a Filosofia como um super-saber, voltado para a formação do espírito, associou-a ao "saber decisivo" que é "metafísico" e afastou-a dos problemas que emergem da realidade concreta (Cartolano, p. 65-66).

O golpe de 64 representou uma tentativa de reversão da tendência política brasileira, durante o governo de João Goulart, de fazer a reforma agrária e de aproximar-se dos países do leste europeu. O governo norte-americano, temendo essas tendências, apoiou os militares golpistas e a burguesia nacional e internacional, que passaram a dominar a sociedade. Os Estados Unidos participaram, então, da reorganização da educação brasileira. A intervenção norte-americana aparece na orientação para a modernização tecnológica e burocrática da sociedade. A educação deveria estar a serviço dos interesses econômicos e necessitava de reformulação. O acordo MEC/USAID foi realizado com o objetivo de modernização dos currículos e encobria a intenção de usar a educação como instrumento para a inculcação de valores culturais norte-americanos. A consequência disso foi a supervalorização das áreas tecnológicas e a perda de status das humanidades e das ciências sociais. A Filosofia, como não atendia aos objetivos tecnicistas e burocráticos da nova concepção de ensino, deveria ser expurgada, bem como a Psicologia e a Sociologia. Uma disciplina cumpriria melhor esses desígnios - a Educação Moral e Cívica - regulamentada em decreto-lei de 1969.

Em 1971, a lei 5692 constituiu-se no golpe derradeiro contra o ensino da Filosofia no 2º grau, não apenas por torná-la disciplina da parte diversificada dos currículos, voltada ao atendimento de peculiaridades regionais, pois ela já tinha caráter semelhante a partir da lei 4024/61, mas pela direção imprimida à escolarização de 1º e 2º graus. A introdução do ensino profissionalizante e a ênfase dada às disciplinas da parte

de formação especial reduzem drasticamente o espaço da Filosofia. Ela permanece, então, por longos anos, pelo menos até o início da década de 80, presente apenas em alguns redutos de defesa da educação humanística, constituídos por algumas escolas particulares como, por exemplo, o Colégio Anchieta, de Porto Alegre, de cujo currículo ela nunca foi retirada.

Os anos 80 presenciaram o incipiente reencontro da educação brasileira com a Filosofia. Isto não significa que tenhamos hoje a Filosofia presente em todos os currículos escolares, mas sim que, nestes anos, verificaram-se inúmeros movimentos regionais e locais representando esforços de alguns professores, ou de instituições ou mesmo de associações de professores, para uma análise da importância e necessidade do ensino de Filosofia nos currículos escolares. Alguns estados, como por exemplo o Rio Grande do Sul (em 1988) e o próprio Distrito Federal (em 1985) promoveram seminários destinados ao exame e discussão da questão do retorno da Filosofia ao ensino de 2º grau. Uma pesquisa recente⁴ revelou que, em 1986, já havia 36 escolas em Porto Alegre que incluíam a disciplina de Filosofia em seus currículos.

2. Encontros e desencontros do ensino da Filosofia ontem e hoje

Se refletirmos um pouco acerca da caminhada do ensino da Filosofia no Brasil, relatada na brevíssima retrospectiva anterior, podemos constatar que ele tem se caracterizado, em nosso país, como um saber dirigido às elites, acessível apenas a uma pequena parcela da população.

Podemos também constatar que o ensino da Filosofia, embora historicamente tão decantado em alguns discursos oficiais e acadêmicos, sempre teve caráter acessório, isto é, sem um fim em si mesmo, e, muitas vezes, esteve a serviço de objetivos que extrapolavam sua própria natureza, desvirtuando-a. Com esse status (o de saber acessório), ele sempre teve caráter propedêutico. Como disciplina auxiliar, a Filosofia também constituiu-se, freqüentemente, em útil instrumento de cunho ideológico, como bem o expressou sua orientação durante a educação jesuítica, tanto pelo teor doutrinal do seu conteúdo como pela metodologia empregada. Da mesma forma, constituiu-se em instrumento a serviço do cientificismo positivista, no início deste século, quando ficou reduzida ao ensino da Lógica. No entanto, foi a partir de

1969 que mais se deturpou o valor do saber filosófico na educação brasileira.

A tentativa de suprir o espaço deixado pela disciplina de Filosofia pela Educação Moral e Cívica, introduzida para realizar, entre outras coisas, a defesa de preceitos morais e do civismo, preservando, principalmente, o culto da obediência à lei, transformou-a em instrumento essencialmente ideológico. Todas estas intromissões e tentativas de colocar a Filosofia ensinada nas escolas a serviço de outros fins, dissociados de sua gênese como saber, degradaram-na, na medida em que a afastaram de seu compromisso fundamental com a busca da verdade.

Historicamente pouco valorizada pelo MEC, como já o denunciava Maciel (1959) em seu estudo, a disciplina da Filosofia, entre nós, terminou por configurar-se como um saber de segunda ordem, fato que já desgostava Farias Brito, quando em 1919 ela fora novamente retirada do currículo, segundo ele, devido à forte influência das idéias positivistas no Brasil. Na verdade, o fato de a Filosofia ser tão pouco valorizada entre nós, tem se refletido nos currículos escolares. Já em 1959, Maciel chamava a atenção para a parca e má distribuição da carga horária da Filosofia, que ficava, freqüentemente com os piores horários. Falava também das precárias condições de exercício do magistério nesta área: os professores, por não terem oportunidade de realizar concurso, atuavam com vínculos empregatícios provisórios, o que já revelava uma tendência à extinção do ensino da Filosofia na próxima reforma, que seria a de 1961. Além disso, mencionava também as carências das bibliotecas escolares, as turmas excessivamente numerosas, a falta de ambiente adequado de trabalho e a despreocupação com a atualização e aperfeiçoamento do corpo docente da área. Todas estas dificuldades continuam ocorrendo hoje. A pesquisa concluída em 1989⁵, trinta anos após o estudo de Maciel (1959), apresenta resultados muito similares àquele.

Na verdade é preciso encarar o fato de que, mesmo na sua melhor fase, de 1942 a 1954, o ensino da Filosofia era valorizado no curso clássico, mas não o era no científico, pois só fazia parte do programa de vestibular ao curso de Filosofia. Mesmo na escola normal a disciplina de Filosofia da Educação era geralmente mal desenvolvida por não ser precedida de uma Introdução à Filosofia. Esta última situação, aliás, ocorre ainda hoje nos cursos de habilitação ao magistério: os professores traba-

lham a Filosofia sob a denominação de Fundamentos Filosóficos da Educação, necessitando ainda incluir conteúdos de Introdução à Filosofia, numa carga horária que raríssimamente ultrapassa duas horas semanais ao longo de apenas um ano letivo.

Em relação aos programas de Filosofia, outros desencontros verificaram-se, desta vez não apenas entre o propalado e o praticado, mas entre o legalmente estipulado e o realmente executado. Em 1959 os depoimentos colhidos por Maciel revelaram que os professores não seguiam o programa elaborado pela congregação do Colégio D. Pedro II e postulado pelo MEC. Sob várias alegações, ou mesmo sem elas, os professores alteravam tanto a distribuição dos temas dos programas quanto a carga horária efetivamente cumprida de aulas de Filosofia. Maciel (1959) critica o Ministério, acusando-o de não dedicar a mesma atenção às diretrizes para o ensino de Filosofia como o fazia com outras disciplinas, ficando a área carente de orientações metodológicas mais completas e precisas. Atribuiu a isso a grande heterogeneidade constatada nos trabalhos estudados. Tal heterogeneidade continua presentemente; não havendo programas estabelecidos, uma vez que a opção pela introdução da Filosofia no currículo é decisão da própria escola, fica o programa sob a responsabilidade do professor. Além disso, mesmo dispondo de uma carga horária que às vezes é mínima - uma hora semanal - os professores declaram abordar uma grande variedade de temas que, para os alunos, segundo depoimentos destes, constituem-se em uma experiência desordenada e confusa, a qual, novamente, vem em detrimento da própria Filosofia, contribuindo para a não elucidação da natureza do saber de que ela se ocupa.

Ainda em relação aos programas da disciplina, verificou-se, na pesquisa de Maciel e em outra pesquisa realizada por um grupo de docentes da UFRGS⁶, um esforço de parte dos professores para tratar de temas de interesse dos alunos. Nas duas situações estas tentativas não conseguiram preservar o caráter filosófico do trabalho, transformando-o em aulas de Psicologia, de Sociologia, ou de campos afins, fato lamentado nas análises contidas nos dois estudos. Nos depoimentos de alunos no estudo de Maciel (1959) e no de Costa (1989), há também menção a uma certa interferência de temáticas religiosas nas aulas de Filosofia, o que é considerado negativo pelos depoentes.

O aspecto no qual se registram as maiores diferenças entre os estudos realizados em 1959, 1988 e 1989, é o que diz respeito às

formas de trabalho em sala de aula. A pesquisa de Maciel (1959) revela uma ampla predominância do método da preleção em que o professor discorre exaustivamente sobre os temas filosóficos, utilizando-se, muitas vezes, de exposições magistrais que freqüentemente enfatizam o "brilho e a oratória". Menciona, igualmente, a freqüente ocorrência de ditado por parte dos professores que justificam esse procedimento pela falta de "compêndio" ou para facilitar a memorização pelo aluno. Registra também a ocorrência do método maiêutico que, segundo o professor entrevistado, ocorre devido à empolgação de alguns professores por certas recomendações escolanovistas em matéria de didática. Estes professores "pretendiam empregar a 'maiêutica', entendendo que com as discussões e pronunciamentos dos alunos poderiam realizar um curso de Filosofia" (p. 109). Segundo opinião do mesmo entrevistado, que confessa possuir simpatia pelo ensino francês onde domina o "exposé magistral", os professores que usam a maiêutica "podem conseguir uma aula movimentada, sem dúvida, mas que facilmente descambará para a indisciplina" (p. 110). Sugere, então, que se faça um levantamento de opiniões sobre o tema que será tratado para que se possa realizar "a exposição do tema de modo a responder ao estado da questão no espírito dos alunos" (p. 110). Mas, continua ele, "não é possível confiar na improvisação quando se trata de matéria de ciência" (p. 110).

Quanto ao método de trabalho com textos, correspondendo à leitura comentada de certos trechos mimeografados e trazidos para a sala de aula, ressalta ser uma forma pouco utilizada devido à deficiência de material e carência das bibliotecas escolares. Este é um aspecto que pouco se modificou, uma vez que hoje os professores e alunos reconhecem o valor do trabalho com textos mas continuam sofrendo restrições de material e de acervo bibliográfico, talvez iguais ou superiores às de 1959. No entanto, quanto ao uso predominante de exposição, este já foi superado entre nós, caracterizando-se, hoje, o ensino da Filosofia, por um trabalho menos diretivo em que a participação do aluno tem sido incentivada. Porém, embora considerada recomendável pelos professores e desejável pelos alunos envolvidos nas duas pesquisas atuais, já mencionadas, nem sempre o método de discussão tem produzido resultados satisfatórios. Voltando-se, muitas vezes, para discussões amplas sobre vários temas, as aulas de Filosofia facilmente afastam-se do caráter reflexivo, radical, rigoroso e universal da abordagem filosófica. Segundo o relatório

de pesquisa, realizado pelos professores da UFRGS (1988), "tal conduta, freqüentemente, tem levado os alunos a perceberem a Filosofia como uma disciplina que não possui um campo próprio de atuação, em que a discussão sobre qualquer coisa, sem um método próprio, toma o lugar de conteúdos com maior validade como a Física, a Matemática, etc".

3. Ensino de Filosofia e currículo

Na apresentação da obra "Filosofia e o ensino da Filosofia", que reúne teses e debates apresentados no Encontro Nacional de Professores de Filosofia, realizado em São Paulo em outubro de 1978, os organizadores relatam seus esforços no sentido de convidar professores conhecidos e de renomeado saber, ressaltando a dificuldade enfrentada para encontrar expositores e debatedores dispostos a tratar da questão do ensino da Filosofia no 2º grau. Este fato é sintomático e por isso relatei-o ao início desta parte. Ele confirma algumas afirmações anteriores acerca da discriminação em relação ao ensino da Filosofia e, também, revela que este é um tema de difícil abordagem em que há muitas questões ainda não colocadas em debate e outras tantas formuladas mas não respondidas.

Podemos afirmar que vivemos, nos últimos anos no Brasil, um momento de retomada da atividade filosófica, expressão do renascimento, a nível institucional, da Filosofia, que havia praticamente desaparecido do País com os expurgos e cassações nas universidades, em meados da década de 60, que levaram para longe do mundo acadêmico nacional nossos melhores pensadores.

Por outro lado, embora ocorra esse ressurgimento da Filosofia entre nós, e apesar de ser praticamente consensual o reconhecimento da importância da volta da disciplina de Filosofia aos currículos do 2º grau, não se pode afirmar que se verifique, atualmente, uma grande preocupação dos filósofos e dos cursos de Filosofia com o ensino da Filosofia.

O incremento dos programas de pós-graduação na área tem revelado um envolvimento sempre crescente com a qualidade da formação específica e contribuído para a melhoria da formação dos bacharéis, mestres e doutores, mas não tem evidenciado grandes esforços na busca de novas propostas para o curso de licenciatura⁷. Na verdade, os filósofos parecem considerar que cabe aos pedagogos e às Faculdades de Educação ocuparem-se com as

questões relativas ao ensino da Filosofia e à formação de professores de Filosofia para o 2º grau. Alguns trabalhos publicados sobre o assunto são, geralmente, resultantes de dissertações realizadas nos cursos de mestrado em Educação⁸.

Considero que há equívocos nesta conduta que trazem algumas consequências para o ensino da Filosofia. Em primeiro lugar, há que se destacar a postura elitista em que ainda se colocam muitos filósofos e professores de Filosofia, influência, talvez, da origem aristocrática deste saber, da qual decorrem posições político-acadêmicas que tendem a discriminar as áreas mais práticas, como a de seu ensino.

Além disso, há o problema da especificidade das duas áreas - Educação e Filosofia - e as dificuldades existentes para incorporar a problemática de ambas num projeto único.

A Filosofia caracteriza-se como um campo de saber que tem buscado, permanentemente, sua identidade, tendo estado esta, em diferentes momentos históricos, atrelada às concepções e sistemas em vigor. A par disso, conforme registra a tradição, ela tem assumido um triplo papel - esclarecimento, fundamentação e crítica. Considerar a Filosofia como um saber que se caracteriza mais pelo método de que se utiliza do que pelos objetos sobre os quais se debruça é um dos posicionamentos que tem ocupado os debates sempre presentes e atuais, acerca da sua especificidade. Porém, a Filosofia, como disciplina, é o "filosofar e seus resultados" - não se trata, portanto, de separar procedimento e conteúdo produzido. Talvez um dos pontos a serem realçados nas relações entre a área da Educação e da Filosofia seja o papel interdisciplinar da Filosofia, pois, não possuindo objetos de antemão definidos como próprios, ela freqüentemente debruça-se sobre os objetos de outras ciências, trazendo a estas contribuições sempre elucidativas.

A Educação, por sua vez, debate-se com a questão da sua especificidade, pressionada por indefinições também bastante sérias, que dizem respeito tanto aos seus modos de investigação quanto ao seu objeto. Tendo-se constituído, historicamente, como um saber aplicado, a Educação tem se utilizado do conhecimento produzido em outros campos, embora se reconheça a necessidade de uma teoria pedagógica que a fundamente. As dificuldades, nesta direção, originam-se, em grande parte, da não autonomia da educação que, como um saber histórico, situado e datado, encontra-se determinada de múltiplas formas, por fatores de naturezas

variadas como a política, a religião, a economia, a cultura, etc.

Como se dá esta separação entre Filosofia e Ensino da Filosofia?

Ela inicia já no Curso Universitário de Filosofia em que não se verifica uma abordagem especial para as questões pedagógicas da Filosofia, sendo estas tratadas sem nenhuma diferenciação vinculada às especificidades desta área de saber. Já nesta fase o aluno do curso de licenciatura sofre algumas discriminações. Após, no exercício da atividade docente, o professor de Filosofia enfrenta novas restrições, a começar pelo trabalho isolado na escola, uma vez que a disciplina tem pequena carga horária e, freqüentemente, requer apenas um professor. Além disso, há o fato do desconhecimento da Filosofia por parte dos demais professores⁹, e de sua desvalorização no currículo escolar, o que inviabiliza o debate e a troca de idéias e desautoriza o professor a fazer exigências quanto à expansão e atualização do acervo bibliográfico disponível na biblioteca, quando existe algum. Por sua vez, o próprio sistema educacional marginaliza estes professores pela inexistência de mecanismos que assegurem-lhes oportunidades permanentes de atualização, como participação em eventos científicos, realização de cursos, etc. Da mesma forma, a Universidade não tem se comprometido com a promoção de eventos que oportunizem aos professores em exercício o contato com a produção acadêmica e a participação na reflexão sobre ela. Completando este quadro é preciso mencionar o total descomprometimento da escola com o processo de produção e construção do saber por professores e alunos. O resultado disso é o ensino que temos, petrificado na pedagogia tradicional e, às vezes, decorado com ridículas peripécias escolanovistas, tecnicistas ou progressistas, que nada têm a ver com a Filosofia ou com o verdadeiro filosofar e que pouca ou nenhuma contribuição tem dado à educação.

Em debates recentes com estagiários do curso de licenciatura em Filosofia e professores da universidade e do segundo grau, tem se examinado a questão curricular do ensino da Filosofia. Uma idéia bastante presente é que, se desejamos que o trabalho escolar tenha um caráter formador, é preciso que seja dada muita atenção aos cursos de licenciatura. O problema central é que não vemos a formação do professor como um processo global e sim como algo que se dá pela justaposição de duas áreas, a

específica e a pedagógica, cada uma voltada às suas finalidades próprias, chegando, em muitos momentos a constituírem-se em forças opostas. Se queremos uma organização curricular realmente voltada para uma educação formativa, em que os alunos assumem papel criador, crítico, construtivo, é preciso formar professores capazes de lidar com o processo de criação. E isto não nega a natureza do conhecimento filosófico; pelo contrário, é inerente a ele. O que cria o objeto filosófico é a própria reflexão filosófica e é assim que a Filosofia se torna autoconstitutiva.

O professor bem preparado pode desenvolver uma reflexão filosófica sobre aqueles temas que o aluno deseja tratar, mas para isto é preciso que ele perceba a importância do processo educativo como um processo global de transmissão, recriação, ressignificação e produção de conhecimentos. Isto, como sabemos, não é fácil, e ele precisa ter lidado com este processo na sua formação docente. E não são só os pedagogos que tratam disso, mas principalmente, os filósofos-professores, familiarizados com a Filosofia e com seus problemas e preocupados com uma educação crítica e criativa, e não apenas com um processo superficial de reprodução de idéias.

Os professores de Filosofia precisam então deixar de ver apenas o conhecimento puro, isolado e passar a vê-lo no currículo. É preciso tomar como tarefa curricular não apenas a transmissão mas a construção do saber. E, em Filosofia, isto é perfeitamente adequado uma vez que, como mencionamos antes, a Filosofia se constrói, se define, no próprio ato do filosofar e filosofar é, sobretudo, um ato cognitivo, uma reflexão rigorosa, radical e global.

Se retornarmos, agora, ao quadro constante no primeiro trabalho, que apresenta os paradigmas curriculares relacionados aos interesses humanos e científicos, veremos que a Filosofia tem estado a serviço de todos eles e, talvez por isso, a situação de seu ensino seja hoje tão desoladora. No entanto, parece-me que, de acordo com os dados coletados nas duas pesquisas mais recentes, apesar de todas as mazelas que, aliás, não são privilégio da Filosofia, alguma luzidez ainda paira sobre o pensamento de alunos e professores e quando isso ocorre, as características essenciais da boa e velha Filosofia ainda são perceptíveis.

Sem dúvida, se levarmos em consideração todo o saber acumulado pela tradição filosófica ocidental, veremos que a Filosofia é uma disciplina que se articula perfeitamente aos interesses emancipador e consensual dos paradigmas dinâmico-dialógico e circular-con-

sensual. Porém, é perfeitamente possível, e muito freqüente, que a Filosofia seja flexionada na perspectiva do paradigma técnico-linear, e historicamente isto também tem ocorrido.

A opção curricular da Filosofia é então uma opção histórica que se situa entre as duas questões: a) que Filosofia se pode fazer na escola? b) que Filosofia se quer fazer na escola? E aí se coloca uma opção - vamos ensinar Filosofia para encobrir e alienar ou para explicitar? Parece que a história da Filosofia, constitutiva da sua identidade - nunca plenamente atingida mas sempre perseguida - é o testemunho de que este saber sempre esteve comprometido com a explicitação.

Na verdade, o que tem prejudicado profundamente o ensino da Filosofia, contemporaneamente, como, da mesma forma, o de outras matérias, é a indefinição dos projetos educativos, a não opção por objetivos e propostas claras. Quando for claro para a escola e para os professores, qual a meta a perseguir, sem dúvida, a Filosofia terá um grande papel a cumprir. Porém, do discurso progressista à prática progressista, temos um largo caminho a trilhar e é urgente que comecemos a limpá-lo do entulho do ecletismo, para que possamos, juntos, construir a escola a serviço do interesse humano de emancipação.

* * *

Notas

1. Esta revisão fundamenta-se nos trabalhos de quatro autores: Maciel (1959), Romanelli (1982), Ribeiro (1984) e Cartolano (1985), cf. bibliografia.
2. Pesquisa sobre o ensino atual da Filosofia, concluída em 1989, revela a menção, por parte dos professores, a estes mesmos objetivos. Cf. bibliografia (Costa, 1989).
3. Vide nota 2.
4. COSTA (1989), cf. bibliografia.
5. COSTA (1989), cf. bibliografia.
6. "A formação do professor de Filosofia: uma experiência de articulação entre a Universidade e o ensino do 2º Grau", pesquisa coordenada pela autora deste estudo, concluída em 1988, desenvolvida com a participação de professores do IFCH/UFRGS, do Colégio de Aplicação/UFRGS, de escolas de 2º Grau e de estagiários alunos de Prática de Ensino da Filosofia.
7. Pode-se registrar algumas contribuições no que diz respeito à formulação de propostas para os programas de Filosofia no 2º grau como, por exemplo, as apresentadas em 1985 no SEMINÁRIO SOBRE O ENSINO DE FILOSOFIA NO DISTRITOFEDERAL, promovido pela Fundação Educacional do DF e o GUIA DE ABORDAGEM DIDÁTICA DE FILOSOFIA PARA O 2º GRAU, elaborado por professores do Departamento de Filosofia da Universidade Santa ÚRSULA, Rio de Janeiro, em 1986.
8. Alves (1985), Cartolano (1985), Ely (1986), Ferreira (1984), França (1984), Gasparello (1986), cf. bibliografia.
9. A pesquisa realizada por Costa (1989) revelou que grande parte dos professores das escolas não tiveram contato, ao longo de toda a sua formação, com sequer um parágrafo de um texto filosófico.

* * *

Referências Bibliográficas

- ALVES, Jussara T. *O significado do ensino de Filosofia no 2º grau*. Porto Alegre : Curso de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, 1985. Diss. maestr.
- CARTOLANO, Maria Tereza P. *Filosofia no ensino de 2º grau: estudos realizados em escolas de Campinas - SP*. São Paulo : Cortez, Autores Associados, 1985.
- COSTA, Marisa C. Vorraber. *A realidade do ensino de Filosofia nas escolas de 2º Grau de Porto Alegre*. Porto Alegre : Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da UFRGS, 1989. Relatório de pesquisa.
- ELY, Valmor Vicente. *Realidades e perspectivas da Filosofia cristã em escolas católicas de 2º grau de Porto Alegre*. Porto Alegre, PUCRS, 1986. Diss. maestr.

ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE FILOSOFIA. São Paulo, out. 1978. *A Filosofia e o ensino da Filosofia : teses e debates apresentados no Encontro Nacional de Professores de Filosofia*. São Paulo : Convívio, 1979.

ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES SECUNDÁRIOS DE FILOSOFIA. Recife, jul. 1958. Anais. Recife : Faculdade de Filosofia de Pernambuco, 1958.

FERREIRA, Lenira Weil. *O professor de Filosofia do 2º grau e o despertar da consciência crítica do aluno*. Porto Alegre : PUCRS, 1984. Diss. maestr.

FRANÇA, Elvira Elisa. *Do silêncio à palavra: uma proposta para o ensino de Filosofia da Educação*. Campinas : Faculdade de Educação da Unicamp, 1984. Diss. maestr.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. *A questão do ensino de Filosofia no 2º grau*. Niteroi : UFF, 1985. Diss. maestr.

MACIEL, Carlos Frederico. *Um estudo-pesquisa sobre o ensino secundário de Filosofia*. Recife : Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife; Brasília, MEC/INEP, 1959.

RIBEIRO, Maria Luiza S. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. 5 ed. São Paulo : Moraes, 1984.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis : Vozes, 1982.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. IFCH. Departamento de Ensino e Currículo & Departamento de Filosofia. *A formação do professor de Filosofia: uma experiência de articulação entre a Universidade e o ensino de 2º grau*. Porto Alegre, 1988. Relatório de pesquisa.

UNIVERSIDADE SANTA ÚRSULA. Departamento de Filosofia. Núcleo de Elaboração de Material Didático de Filosofia para o 2º grau. *Guiã de abordagem didática da Filosofia para o 2º grau*, 1986.

* * *

Marisa Cristina Vorraber Costa é professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul